

**OLHAR PARA A CRIANÇA NA CIDADE:  
ESTUDOS E DESENHO URBANO****OBSERVING CHILDREN IN THE CITY: STUDIES AND URBAN DESIGN****UNA MIRADA A LOS NIÑOS EN LA CIUDAD: ESTUDIOS Y DISEÑO  
URBANO**Letícia dos Santos Albarello<sup>1</sup>Nébora Lazzarotto Modler<sup>2</sup>DOI: [10.5752/P.2316-1752.2024v31n45p71-90](https://doi.org/10.5752/P.2316-1752.2024v31n45p71-90)**Resumo**

A desconsideração das infâncias reflete não apenas nas relações hierárquicas, mas também na ocupação dos espaços urbanos. Este artigo apresenta uma pesquisa realizada em Palmitinho/RS, que observou como as crianças ocupam a cidade, marcada pelo tráfego da BR 472. Utilizou-se a observação não-participante como estratégia metodológica. Apresentam-se as proposições urbanísticas emergentes deste estudo, tendo o brincar como categoria principal para pensar o planejamento urbano, com base no tensionamento da lógica adultocêntrica e da hegemonia do trânsito de caminhões na cidade.

**Palavras-chave:** Cidade; Territórios Educativos; Direito das Crianças; Brincar Livre; Palmitinho.

**Abstract**

The neglect of childhood is reflected not only in hierarchical relations, but also in the occupation of urban spaces. This article discusses a study carried out in Palmitinho/RS which observed how children occupy the city, characterized by the traffic on the BR 472 highway. The method used was non-participant observation. The urban planning proposals emerging from this study are presented, with "playing" as the main category for urban planning, based on the tension between the adult-centric logic and the dominance of truck traffic in the city.

**Keywords:** City; Educational Territories; Children's rights; Free playing; Palmitinho.

**Resumen**

El desprecio por la niñez se refleja en las relaciones jerárquicas, sino también en la ocupación de los espacios urbanos. Este artículo expone una investigación efectuada en Palmitinho/RS, en la que se observó cómo los niños ocupan la ciudad, marcada por el tráfico de la autovía BR 472. La observación no participante se usó como estrategia metodológica. Se presentan las propuestas urbanísticas surgidas de este estudio, con el juego como categoría principal para pensar el urbanismo, a partir de la tensión entre la lógica adultocéntrica y la hegemonía del tráfico de camiones en la ciudad.

**Palabras clave:** Ciudad; Territorios Educativos; Derechos de los niños; Juego independiente; Palmitinho.

---

<sup>1</sup>Arquiteta pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), mestranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Email para contato: leticia-albarello@hotmail.com

<sup>2</sup>Arquiteta pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre em Engenharia Civil pela UFSM, doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ-FAU-UFRJ). Professora do Campus Erechim/RS da Universidade Federal da Fronteira Sul. Email para contato: nebor.modler@uffs.edu.br

## INTRODUÇÃO

O acesso à cidade para as crianças, no Brasil e no mundo, é historicamente excludente. Frabboni (1998, pg. 64) destaca o período em que as crianças eram tratadas com indiferença na Idade Média, conhecido como “negação da infância”. Bebês e crianças pequenas sofriam com precárias condições de cuidados e higiene (Heywood, 2004), ao mesmo tempo que crianças maiores de sete anos eram vistas como miniaturas dos adultos, o que as obrigava a adotar atitudes e aparência de adulto (FARIAS, 2013).

Posteriormente, na fase avançada da Idade Moderna, ocorreu o reconhecimento de que as crianças precisam de cuidados. Contudo, neste período, passaram a ser controladas pela família e escola, sendo consideradas uma extensão dos pais e professores (FRABBONI, 1998), negando-lhes sua autonomia.

Foi só a partir da metade do século XX que as crianças passaram a ser legalmente reconhecidas como sujeitos sociais e de direitos. Compreende-se, também, que o reconhecimento da infância enquanto categoria na Idade Moderna está atrelado à posição de superioridade dos adultos, pois o capitalismo e o adultocentrismo “atuam em simbiose” ao deslocarem as crianças para uma posição de inferioridade (Cavalcante, 2021, p. 202). Verifica-se tal mecanismo ao analisar a postura adultocêntrica na sociedade, visto que ainda hoje prevalece a invisibilidade da infância (SARMENTO, 2007) inclusive, no desdobramento do espaço urbano, onde as crianças seguem sendo excluídas de processos de decisões que envolvem a cidade.

Somado à inviabilização das infâncias, as cidades brasileiras tornam-se cada vez mais perigosas ao convívio das crianças nas ruas, praças e parques, de modo que elas acabam sendo confinadas em ambientes fechados, conectadas a telas, impossibilitadas de brincar em contato com a natureza. Em outras palavras, as crianças são impedidas de exercer seu direito à cidade. Este cenário, embora tenha maior força em grandes centros urbanos, também se consolida em cidades pequenas, como em Palmitinho/RS, cidade em foco neste artigo, cuja supremacia de tráfego de caminhões, especialmente pela BR 472, torna a cidade hostil às crianças.

Isso posto, considera-se imprescindível refletir sobre a necessidade de transformação dos espaços urbanos ocupados predominantemente por adultos e veículos, em lugares mais seguros, acessíveis e educativos, que favoreçam a autonomia, a sensação de pertencimento, a socialização e o exercício da cidadania às crianças.

Para tanto, este artigo pretende apresentar os resultados de uma pesquisa de campo realizada na cidade de Palmitinho/RS, estruturada a partir de uma observação não-participante, bem como

apresentar as proposições urbanísticas emergentes desta pesquisa.<sup>3</sup> Além da avaliação de campo realizada, neste estudo também são consideradas as experiências da primeira autora do artigo, natural de Palmitinho, residente na cidade por dezessete anos durante a infância e a adolescência e, até o presente, frequentemente visitante.

Este artigo é organizado em sete seções. Após esta parte introdutória, na segunda seção – a relação entre a criança e a cidade – são apresentados os fundamentos teóricos que embasaram o estudo. A terceira seção – A cidade de Palmitinho e a BR 472 – aborda a caracterização da cidade objeto de estudo. A quarta seção – procedimentos metodológicos – expõe a metodologia desenvolvida, e a quinta seção apresenta a experiência da observação de campo. Em seguida, são apresentadas as proposições concebidas para a área de estudo. Por fim, são expostas às Considerações Finais decorrentes das discussões e resultados expostos ao longo do artigo.

## **A RELAÇÃO ENTRE A CRIANÇA E A CIDADE**

Em alinhamento a Santos (2022), ressalta-se a necessidade de compreender e escutar as crianças no contexto da vida nas cidades – sejam elas metrópoles, cidades pequenas ou grandes centros. Também se ressalta a importância de uma reflexão crítica acerca de uma visão naturalizada e determinista dos espaços urbanos destinados às crianças. Visão esta que prioriza as funções de educar e proteger, mas também define uma hierarquia de poder onde a criança está submetida ao adulto, em detrimento da oferta de espaços seguros para brincarem e exercerem seu direito de participação social.

No Brasil, a criança é legalmente reconhecida como sujeito social de direitos, conforme apresentam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2009), a respeito da definição de criança. Nesse sentido, tal como preconizou Lefebvre em sua clássica obra *O direito à cidade*, "o direito à cidade é o direito de imaginar e realizar a cidade" (2008 [1968], p. 135) contribuindo para a cidade ser um lugar possível enquanto um espaço de experimentações e aprendizados. A criança, enquanto sujeito ativo e participante nesse contexto, tem direito ao tempo e ao espaço para usufruir de descobertas na cidade e de suas áreas livres (LANSKY; GOUVEA, 2022).

No entanto, a sociedade adulta oculta e não admite os mundos socioculturais infantis (Augusto, 2015), o que significa que as crianças continuam sendo invisibilizadas (Sarmiento, 2007). Conforme Santos (2022, p. 100), este processo de "colonização das crianças" e das infâncias pauta-se na ideia de que "a criança precisa ser domada, controlada, educada": O adulto sabe; a criança não sabe. O adulto fala; a criança não. O adulto ordena; a criança obedece.

---

<sup>3</sup> Os resultados apresentados neste artigo foram obtidos através do Trabalho Final de Graduação da primeira autora desenvolvido no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim/RS.

Essa postura adultocêntrica tem reflexo na organização da cidade. Percebe-se que os espaços urbanos destinados às crianças não são propriamente para elas, mas para suprir a necessidade que os adultos têm de controle, conforme aponta Lima (1989),

controle que perpassa todos os nossos comportamentos adultos com relação à criança; precisamos sentir-nos donos da situação, ter presente todas as alternativas que a criança poderá escolher, porque só assim nos sentiremos seguros. A liberdade da criança é a nossa insegurança, quanto educadores, pais ou simples adultos, e, em nome da criança, buscamos a nossa tranquilidade, impondo-lhes até os caminhos da imaginação (LIMA, 1989, p. 10-11).

Até mesmo na escola, na creche, no parque infantil e na própria casa, a ação lúdica e o brincar são regulados por essa necessidade de controle dos adultos. Nos parques, os brinquedos possuem um formato rígido, que impõem uma forma disciplinada de brincar, um roteiro já pré-estabelecido de como a criança deve fazer aquele movimento, “não é aceitável, por exemplo, subir o escorrega pelo lado do plano inclinado”, segundo aponta Sarmiento (2018, p.234).

Além disso, conforme Santos (2022), há outros modos subjacentes de cercear a infância. Nos bairros residenciais, onde ainda existem crianças brincando nas ruas, suas risadas, cantigas e gritos muitas vezes desagradam à vizinhança. O que se torna ainda mais presente em condomínios residenciais. Os adultos não entendem que brincar implica “corpo inteiro” (Sousa e Lima, 2022, p. 72), o que para muitos é entendido como “barulho e perturbação” (Santos, 2022, p. 114). Não apenas o corpo das crianças é cerceado de movimentos, como também a inventividade do brincar. Simas (2019, p. 97) aborda que as crianças “reféns do consumo do objeto vendido pronto e confinadas entre muros concretos e imaginários, erguidos com a dureza de cimentos, medos e preconceitos” perdem a disponibilidade de tempo e o espaço da invenção, essencial para brincar. Desse modo, entendemos que ocupar o tempo da criança com inúmeras tarefas, brinquedos ou playgrounds estruturados, pouco criativos e com movimentos repetitivos restringe uma parte essencial do ciclo do brincar: o desejo e a inventividade.

Ainda, é fundamental ressaltar que toda criança tem direito à liberdade e ao brincar, e é dever do Estado garantir espaços onde as crianças possam brincar na cidade. Na legislação brasileira, estes direitos estão amparados no Artigo 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), bem como no Marco Legal da Primeira Infância - Lei nº 13.257, 08 de março de 2016.

Chawla (2015) ressalta a importância do brincar em áreas ao ar livre, o que, segundo a autora, é significativamente valioso para o desenvolvimento infantil, pois traz benefícios relacionados às habilidades psicomotoras, cognitivas, emocionais e de criatividade das crianças. Por sua vez, a ausência de brincar livre, assim como os estímulos e vivências que ele promove, pode trazer consequências graves, tais como “obesidade, hiperatividade, déficit de atenção, desequilíbrio emocional, baixa motricidade e miopia” (Barros, 2018, p. 16).

Além disso, em uma lógica de setorização das cidades, onde corpo-natureza-cultura são compreendidos como dissociados, brincar pode ser o que une o corpo e a psique, compreendendo-se como parte da cidade e da natureza. No documentário “Tarja Branca”, ao abordar diferentes dimensões do brincar, aponta-se que na brincadeira a criança aprende a colaborar, pesquisar e solucionar problemas, e é nesse contexto que surgem as invenções e a aprendizagem de como conviver com o outro – seja ele humano, não humano, corpo hídrico, floresta, espaço urbano (TARJA BRANCA, 2014). Ainda sob essa perspectiva, Simas (2019) acrescenta que a “pedagogia infantil é deixar a criança brincar e desenvolver aptidões ludicamente. O resto é formar gente triste para os currais do mercado de trabalho”. O brincar lúdico, compreendendo-se como parte da natureza, só é possível ao pensarmos o “desemparedamento da infância” (Barros, 2018, p.2).

Paulo Freire (2001) falava em devolver as ruas às crianças, justamente porque estas foram tomadas pelos carros. Em relação a esta questão, Sarmiento (2018, p. 236) aponta que o crescente processo de “automobilização das cidades”, além de limitar a autonomia e mobilidade das crianças, faz com que elas tenham um conhecimento efetivamente reduzido da cidade. De fato, em vez de caminhar e experienciar os espaços, as crianças apenas os conhecem através da janela do carro ou ônibus.

Entende-se que para devolver e tornar a cidade segura para as crianças, é necessário e urgente proporcionar espaços em que elas possam ser participantes ativas, inclusive, na relação da escola com a cidade. Ao pensarmos nesse enlace, cria-se possibilidade de ampliar o entendimento da cidade como um espaço de brincar e como um território educativo. Nesse sentido, “tanto a escola precisa se abrir para a cidade, quanto a cidade fazer parte do cotidiano escolar” (Azevedo e Gomes, 2015, p. 54) para educação integral dos sujeitos.

Cabe ressaltar que, conforme a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), a educação integral é uma concepção de educação que coloca o aluno no centro do processo e compreende a necessidade de contemplar todas as dimensões do sujeito, desenvolvendo-o em sua totalidade física, emocional, intelectual, social e cultural. Ela propõe a construção de processos educativos que sejam coerentes com o que os estudantes desejam e que atendam às suas necessidades de maneira integral.

Sob esta ótica, percebe-se a impossibilidade de pensar a educação separada da cidade. Conforme Sarmiento (2015), a criança não aprende somente na escola ou na creche/pré-escola,

mas também no museu, no centro cultural, no jardim, no parque infantil, no centro de educação em ciência, nos parques urbanos, [...] na praça e na rua. [...] Ao mesmo tempo em que aprende na cidade, a criança humaniza o espaço urbano e a urbe institui-se em cidade das crianças (SARMIENTO, 2015, p.83)

Portanto, fica claro que os territórios educativos não se limitam aos muros das instituições escolares, mas incluem, também, experiências, afetos e questões simbólicas que podem ser vivenciadas fora

delas. Em suma, a cidade pode e deve atuar como um agente potencializador da educação e da cidadania das crianças (Sarmiento, 2018). No entanto, a realidade no Brasil e no mundo evidencia que se tem um longo caminho a percorrer para se efetivar esse direito à infância. Conforme aponta Tonucci (2019, p. 42) “a cidade, nascida como lugar de encontro e de permuta, descobriu o valor comercial do espaço e desvirtuou todos os conceitos de equilíbrio, de bem-estar e de convívio, passando a seguir apenas programas geradores de lucro, de interesse. Vendeu-se.”

Este problema é visível também nas cidades pequenas, como é o caso de Palmitinho, objeto de estudo desta pesquisa. A seção a seguir apresenta o contexto sociocultural e econômico desta cidade, a fim de embasar o entendimento das dinâmicas que envolvem a relação entre as crianças e o espaço urbano.

### **A CIDADE DE PALMITINHO E A BR 472**

Com a abertura de estradas, instalação de serrarias e criação de moinhos, característicos da primeira marca imigratória do município em 1925, deu-se origem ao que se compreende como a BR 472 (Enderle, 1996), que corta a área central de Palmitinho, cidade situada ao Norte do Estado do Rio Grande do Sul com 7.839 habitantes (IBGE, 2022). A base econômica do município é voltada, principalmente, para a agricultura e pecuária, destacando-se a suinocultura. O município possui cerca de 110 propriedades voltadas para essa atividade (EMATER/RS, 2017).

Em 2016, a Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul (ACURS) declarou que Palmitinho liderou o ranking de abates do estado, totalizando 211.379 suínos abatidos. Essa forma de produção, somada ao traçado da cidade que conta com o cruzamento da BR 472 em sua área central, tem consequências diretas no contexto urbano, que apresenta um fluxo intenso de caminhões.

Bonafé (2017), em sua pesquisa intitulada “Olhos para a cidade: repensando a qualidade de vida urbana” coletou dados quantitativos para pensar os impactos do fluxo de caminhões na BR 472 em Palmitinho. Segundo a autora, a quantidade de caminhões que passam pela cidade é de quarenta e dois veículos carregados por dia, distribuídos entre carregamentos de suínos, grãos e aves. Além disso, ao utilizar o equipamento decibelímetro ao longo da rodovia, Bonafé (2017) coletou dados de níveis sonoros superiores a noventa decibéis<sup>4</sup>, sendo que todos os pontos mapeados se situam próximos à Praça do Lago, principal espaço de lazer da cidade.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), ruídos acima de 75 decibéis causam danos à saúde. Dessa forma, é possível perceber que o tráfego de caminhões e os serviços destinados a eles, como borracharias, mecânicas e postos de gasolina, têm um alto impacto na cidade. Por essa

---

<sup>4</sup> Total de 35 pontos, medição de 5 minutos em cada ponto, distantes 20m entre si.

razão, Bonafé (2017) propõe, em seu estudo, o desvio do trecho da BR 472 que corta o centro da cidade, sugerindo um novo traçado.

Inseridas no contexto urbano, situam-se duas escolas de educação infantil, a Escola Estadual 22 de Maio (que abarca ensino fundamental, médio e técnico) e a Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE) de Palmitinho. A Escola 22 de Maio, por sua vez, apresenta toda sua extensão paralela à BR 472, sendo que até o acesso principal à instituição ocorre pela rodovia.

Percebe-se assim o impacto negativo do fluxo de veículos pesados e dos serviços destinados a eles no cotidiano da cidade, especialmente no que compreende a região próxima à escola 22 de Maio, prevalecendo a hegemonia dos caminhões em detrimento do bem-estar da população e das condições de habitabilidade do entorno escolar. Compreende-se a necessidade de que o planejamento urbano seja mais voltado para as pessoas, e que abranja espaços adequados às crianças, o que é praticamente inexistente. Embora o fluxo de caminhões esteja imediatamente ligado às questões econômicas do município, entende-se a incompatibilidade de pensar-se espaços para as crianças na cidade em um cenário tão desintegrador, que apresenta fortes impactos socioambientais e danos à saúde. Além disso, questiona-se para quem a cidade está sendo pensada, visto que os interesses de alguns setores específicos de comércio e serviços relacionados aos caminhões prevalecem sobre a qualidade de vida da população.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho de campo foi realizado em junho de 2021, durante a pandemia do COVID-19. Tendo em vista a necessidade de evitar o contato presencial, a realização de entrevistas, oficinas ou quaisquer outras atividades que pudessem promover a conversa tornou-se inviável, a fim de respeitar-se as orientações de segurança sanitária. A partir disso, foi realizada uma observação não-participante, cujo foco foi centrado na percepção ambiental.

A pesquisa buscou compreender como as crianças ocupam os espaços urbanos coletivos da cidade, como são os espaços e conexões que ligam as três escolas e a APAE à cidade, e como a cidade se apresenta às crianças. Para tanto, foram realizados percursos nos entornos das instituições educacionais e no centro da cidade. Os trajetos foram percorridos a pé, em diferentes dias e horários, sendo a fotografia e o caderno de campo os principais meios de registro.

A observação não-participante desdobrou-se em duas etapas: A primeira foi direcionada para a percepção da paisagem sonora da cidade e baseou-se no *soundwalk* - instrumento que guarda semelhanças com o *walkthrough*, ferramenta clássica de avaliação pós-ocupação (APO) concebida por Kevin Lynch (ZEISEL, 1981). Enquanto o *walkthrough* compreende uma visita guiada ao ambiente construído como objeto de estudo, combinando, simultaneamente, observação e entrevista, o *soundwalk*, segundo Nisenbaum, Kós e Vila Boas (2016), compreende uma caminhada

individual ou em grupo, em que o foco do processo de percepção está voltado para a escuta ambiental da cidade. Já a segunda etapa compreendeu uma observação baseada no material orientativo produzido pelo workshop “Do espaço escolar ao território educativo: o lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade” (AZEVEDO, RHEINGANTZ, TÂNGARI, 2016), elaborado e aplicado pelos grupos de pesquisa vinculados ao PROARQ-FAU/UFRJ<sup>5</sup>. O workshop orienta iniciar o estudo pelo traçado dos percursos a serem explorados, sendo a fotografia o principal meio de registro dos aspectos observados. Posteriormente, as observações são organizadas em um quadro e classificadas como positivo ou negativo em relação aos seguintes aspectos: infraestrutura, qualidade ambiental, segurança ao pedestre, apropriação do espaço público, suporte ao deslocamento de alunos, oportunidades educativas e área de potencial para intervenção.

Com a intersecção destes dois instrumentos - *soundwalk* e observação baseada no workshop - buscou-se compreender as complexidades do espaço urbano, percebendo-o a partir de suas dimensões espaciais físicas e sonoras. A seguir, apresenta-se os resultados da pesquisa, bem como as proposições urbanísticas emergentes desta reflexão.

## A EXPERIÊNCIA DA OBSERVAÇÃO DE CAMPO

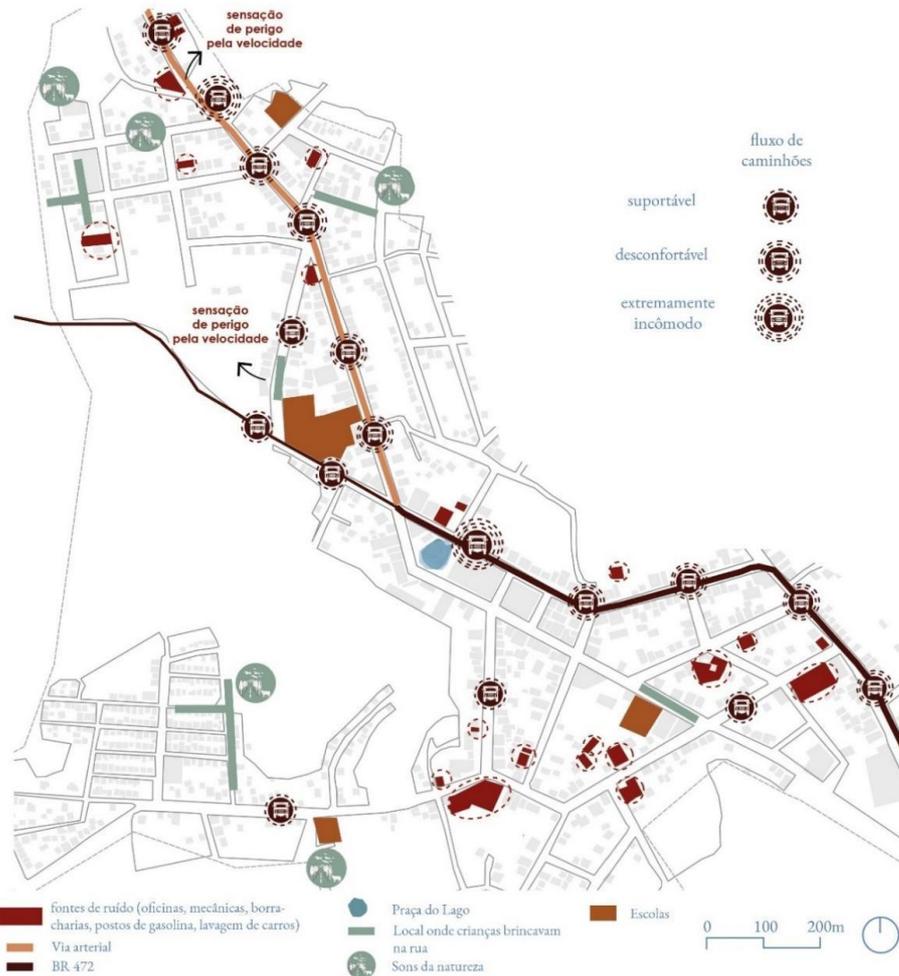
### Soundwalk

O *soundwalk* foi realizado nos dias 05, 06 e 07 de junho de 2021, no turno da tarde. Dias ensolarados com baixas temperaturas e poucas nuvens. Foi realizada a avaliação da paisagem sonora urbana por meio das percepções em campo, com foco na audição. Para tanto, elaborou-se uma classificação empírica apontando a intensidade de desconforto dos ruídos percebidos, definidos como: suportável, desconfortável ou extremamente incômodo. Essa avaliação foi realizada durante a observação de campo por uma das autoras desta pesquisa. Os critérios utilizados para essa classificação basearam-se em: desconforto físico causado pelos ruídos; tempo de exposição; nível de interferência dos ruídos na percepção dos outros sentidos para observação daquele espaço. Nesta pesquisa, compreende-se o ruído como “suportável” quando, mesmo com perturbações sonoras, ainda foi possível fazer uma apreensão do espaço de forma atenta e cuidadosa e foi permanecer por um longo período; “desconfortável” quando os ruídos afetaram a percepção, mas ainda foi possível compreender suas dinâmicas e permanecer naquele espaço; e “extremamente incômodo” quando os ruídos no espaço considerado afetaram intensamente a percepção dos outros sentidos, prejudicando a compreensão do espaço e impactando o tempo de permanência em função do desconforto físico causado pela intensidade dos ruídos, compreendendo apenas

---

<sup>5</sup> Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

como um espaço de passagem rápida, sem permanência. Apresenta-se na Figura 1 apreensão do espaço do perímetro urbano de Palmitinho a partir do *soundwalk*:



**Figura 1:** Mapeamento da paisagem sonora de Palmitinho, baseada na área do perímetro urbano da cidade.  
**Fonte:** Do autor, 2021.

A Figura 1 evidencia que, ao longo do perímetro urbano, as principais fontes de ruído percebidas correspondem aos sons oriundos do tráfego de caminhões, bem como das oficinas mecânicas, borracharias e postos de combustível. Observou-se que tais fontes causam forte desconforto sonoro. Além disso, o fluxo de veículos pesados interfere na caminhabilidade, prejudicando a qualidade de vida dos moradores. Nota-se um tráfego intenso para uma cidade de pequeno porte, com caminhões que se apresentam não só causadores de poluição sonora e ambiental, como também de perigo urbano. Assinala-se na Figura 1 dois pontos onde foi observada sensação de perigo devido à velocidade dos caminhões, agravada pela dificuldade de reduzirem a velocidade por conta do relevo e peso do veículo, um deles próximo à Escola 22 de Maio.

Destaca-se ainda outros sons que foram percebidos, como crianças brincando na rua, animais (bovinos e pássaros) e lugares com maior presença de vegetação, sensação de calma e ausência

de ruídos incômodos. Não surpreendentemente, as ruas onde havia menos ruídos, menos perigo urbano e maior presença de vegetação, coincidem com os lugares escolhidos pelas crianças para brincar (Figura 1) e correspondem aos entornos escolares da APAE e da Escola de Educação Infantil Dona Selma.

Por fim, compreende-se, a partir dos dados qualitativos levantados, juntamente com os dados quantitativos coletados por Bonafé (2017) no entorno da BR 472, que a paisagem sonora da cidade causa fortes desconfortos, especialmente na Escola 22 de Maio, que se localiza em lote adjacente à BR 472. Além disso, a classificação “extremamente incômodo” foi atribuída à região próxima à Praça do Lago, impactando negativamente o convívio dos moradores nesse espaço.

### **Percurso de observação**

Após o *Soundwalk*, procedeu-se a realização da observação de campo que foi baseada na metodologia do workshop “Do espaço escolar ao território educativo: o lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade” (2016). Inicialmente traçou-se os trajetos que seriam percorridos. Para tal definição, levou-se em consideração a localização das escolas, visto que estas instituições são centrais no processo de participação social da criança, assim como o centro da cidade, ao observar que o mesmo é majoritariamente ocupado por adultos e veículos (como carros e caminhões).

A referida observação foi realizada em um dia ensolarado com poucas nuvens e baixas temperaturas (07/07/21) durante a tarde. Os trajetos abrangem o entorno das quatro escolas localizadas no perímetro urbano, além do centro da cidade. Para este artigo, tendo em vista a necessária contenção quanto à extensão do texto, apresentaremos os resultados relativos à região central e ao entorno da escola 22 de Maio, que possuem relação direta com a BR 472.

A região central caracteriza-se por concentrar os principais equipamentos de serviço, lazer, comércio, além de apresentar uso misto<sup>6</sup>. A Figura 2 apresenta a síntese das principais observações relativas a esta área - o mapa com os pontos identificados, a classificação destes no quadro e a descrição de cada ponto, assim como os registros fotográficos.

---

<sup>6</sup> Esta região é conhecida e localizada espacialmente pelos moradores da cidade como sendo a “rua do comércio”.



**Figura 2:** Mapa do trajeto percorrido no centro da cidade e principais pontos observados; classificação de pontos segundo metodologia Workshop PROARQ (2016).

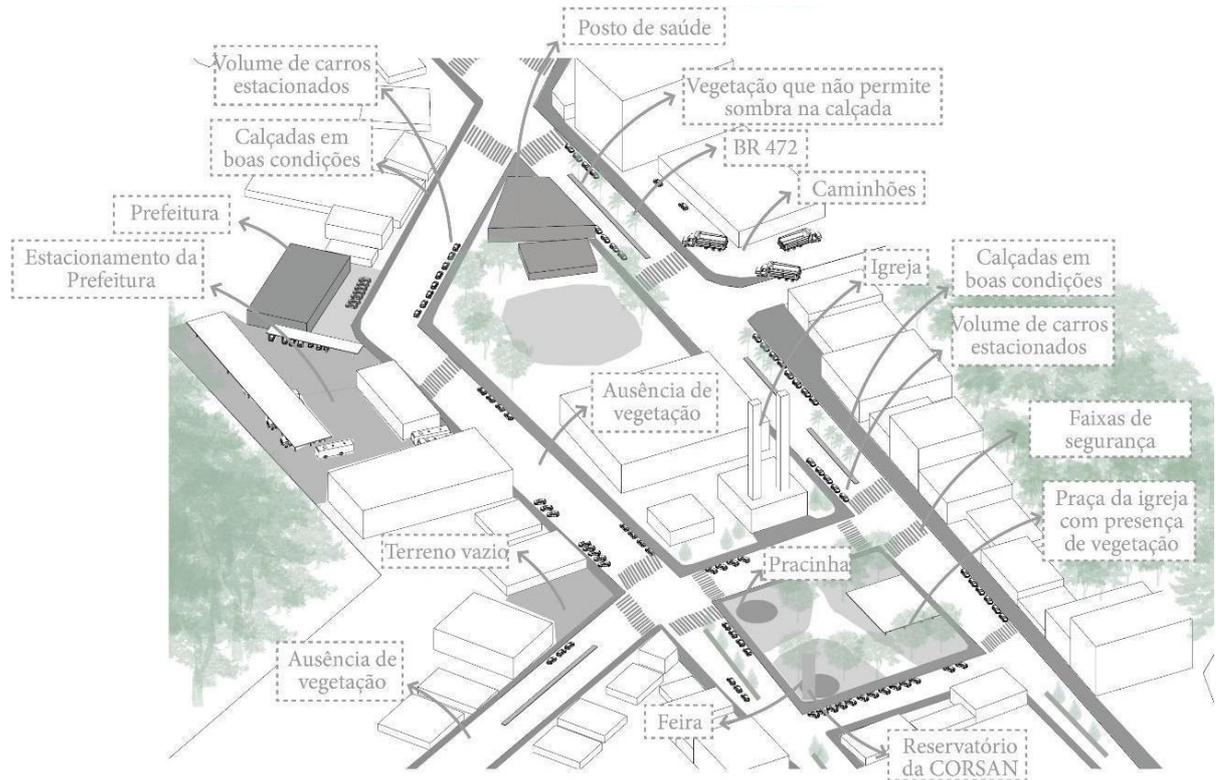
**Fonte:** Do autor, 2021.

O espaço entre a Prefeitura e a Praça do Lago, é comumente utilizado como área de lazer aos finais de semana. A população ocupa o espaço próximo à calçada para estacionar os carros e também para se sentar. Embora a Praça do Lago seja um espaço importante para a cidade, muitas vezes, o Lago encontra-se poluído. Além disso, durante o percurso, a significativa quantidade de carros estacionados nas ruas e a ausência de vegetação expôs a condição de baixa qualidade visual do espaço urbano. Ao longo do trajeto não foram encontradas crianças brincando nas ruas e observou-se que o espaço estava ocupado majoritariamente por adultos.

Além disso, verificou-se por meio do Plano Diretor de Palmitinho que o terreno ao lado da edificação principal da Prefeitura, que atualmente é destinado a estacionamento de tratores, ônibus e carros, é adjacente a uma Área de Proteção Permanente (APP) (Palmitinho, 2005). Entende-se que este uso

subutiliza esta área central da cidade, tendo em vista que este terreno poderia ser utilizado para potencializar o espaço de lazer dos moradores, com vista para a área verde da APP.

Ainda neste percurso, observou-se que há terrenos sem uso, próximos a áreas importantes da cidade, como a Praça da Igreja Matriz, local em que ocorre a feira semanal de hortifrutigranjeiros e onde se localiza um parque infantil. A Figura 3 espacializa as principais apreensões obtidas nesse percurso de campo.



**Figura 3:** Espacialização das relações observadas no centro da cidade.

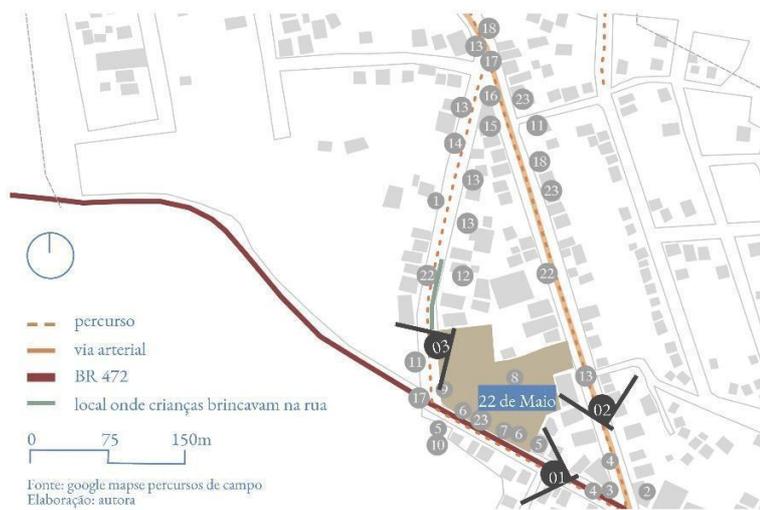
**Fonte:** Do autor, 2021.

A estratégia de observação empregada possibilitou identificar áreas com potencial para o desenvolvimento de territórios educativos para as crianças nesta região. Também possibilitou perceber as características ambientais relativas à infraestrutura das ruas, calçadas, segurança ao pedestre e condições para o deslocamento de estudantes até as escolas. Chamou atenção à largura excessiva das vias públicas, devido ao traçado ser voltado para tráfego de caminhões<sup>7</sup>, o que torna a rua um espaço hostil para o pedestre, estimulando a cultura já predominante do uso intenso do automóvel, mesmo para pequenas distâncias. Não há ônibus circular urbano para atender a mobilidade na cidade. Os ônibus existentes, embora estacionados em área central próxima à prefeitura, atendem unicamente o transporte escolar nas áreas rurais do município.

<sup>7</sup> As ruas situadas no centro da cidade contam com largura aproximada de 20 m.

A seguir, apresenta-se o trecho de estudo que corresponde ao entorno da escola 22 de Maio, que atende grande parte do número de estudantes da cidade. Além disso, o espaço da instituição também é utilizado para a realização de eventos e confraternizações que abarcam todos os moradores da cidade, como jantares, festas juninas e desfiles cívicos. A escola, cujo entorno é de uso residencial e misto, localiza-se próxima ao Centro Cultural Municipal e a 200 m da Praça do Lago, principal espaço de lazer da cidade.

Durante o trabalho de campo, foram identificados os pontos percebidos como positivos ou negativos dentro do quadro de classificação da base metodológica. A Figura 4 a seguir apresenta esta síntese, bem como os registros fotográficos.



Classificação	Positivo	Negativo
Infraestrutura	13 22	5 7 9 10 17 18 23
Qualidade ambiental	1 16 21 24	
Segurança ao pedestre		5 12 17 18 23
Suporte ao deslocamento de alunos	2 20	5 12 14 17 18 23
Oportunidades educativas	2 3 4 16	
Área potencial para intervenção	8 11 22	6 12 15

**Descrição**

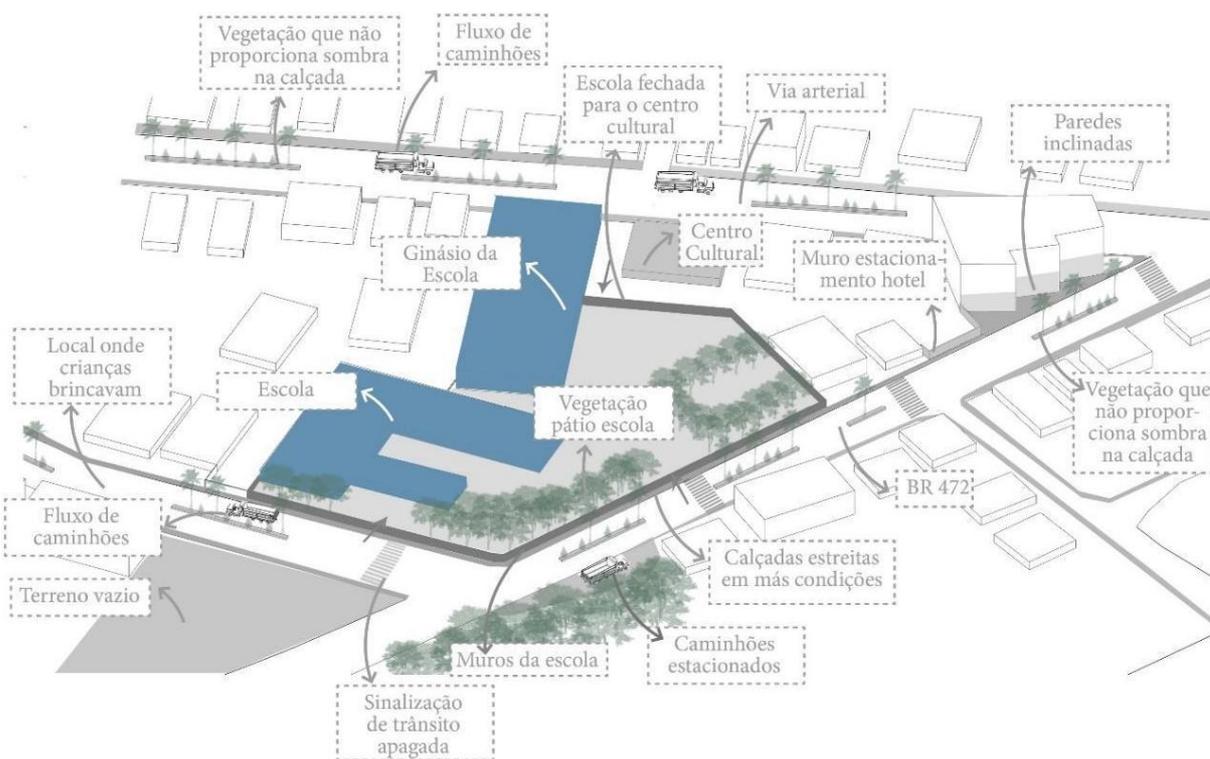
- 1 pátio aberto com vegetação
- 2 floricultura na esquina
- 3 esquina com jardim
- 4 paredes inclinadas
- 5 caminhões/ônibus estacionados (sensação de enclausuramento)
- 6 muros altos
- 7 obstrução da passagem na calçada
- 8 terreno da escola com acesso por 3 vias
- 9 calçada em condições precárias
- 10 lote vazio com caminhões estacionados
- 11 lote vazio cujo local há visuais interessantes
- 12 entrada e saída de caminhões
- 13 calçadas em boas condições
- 14 cerca elétrica
- 15 oficina/m. zânica/lavagem de carros
- 16 área com bancinhas para tratamento das águas residuais
- 17 cruzamento de vias perigoso
- 18 área perigosa sem calçada
- 19
- 20
- 21
- 22 amplo recuo
- 23 calçada estreita em área perigosa



**Figura 4:** Mapa do trajeto percorrido no entorno da Escola 22 de Maio e principais pontos observados; classificação de pontos segundo metodologia Workshop PROARQ (2016).

**Fonte:** Do autor, 2021.

Nesse trajeto, observou-se contextos de perigo, como caminhões em velocidade incompatível com a área urbana, e significativo desconforto sonoro oriundo, principalmente, do ruído de trânsito de veículos pesados e de oficinas mecânicas. Entretanto, evidenciou-se pontos com paisagens interessantes, tais como: sons da natureza e crianças brincando na rua. A Figura 5 sintetiza as condicionantes existentes, a fim de espacializar algumas apreensões obtidas nesse percurso de campo.



**Figura 5:** Espacialização das relações observadas no entorno da Escola 22 de Maio.

**Fonte:** Do autor, 2021.

Constatou-se que a proximidade da rodovia com a escola 22 de Maio impacta significativamente a qualidade ambiental do espaço escolar. Esse fator justifica a construção dos altos muros que cercam a instituição, os quais acabam por bloquear a interação com o entorno urbano, incluindo a edificação do Centro Cultural localizado ao lado do terreno da escola. O intenso fluxo de caminhões, mesmo em um trajeto com relevo plano, causa desconforto sonoro. Além disso, devido à predominância de cargas suínas e de aves, há ocorrência de odores encontrados.

## PROPOSIÇÕES: DIÁLOGO COM AS POSSIBILIDADES DO TERRITÓRIO

A experiência de campo permitiu a apreensão das relações que afetam a vida das crianças no centro de Palmitinho e no contexto da Escola 22 de Maio. Assim, tendo em vista que o tráfego da BR 472 é o principal causador dos problemas relacionados com a qualidade ambiental, em alinhamento ao traçado viário tecido por Bonafé (2017), propõe-se o desvio da referida rodovia no trecho central da

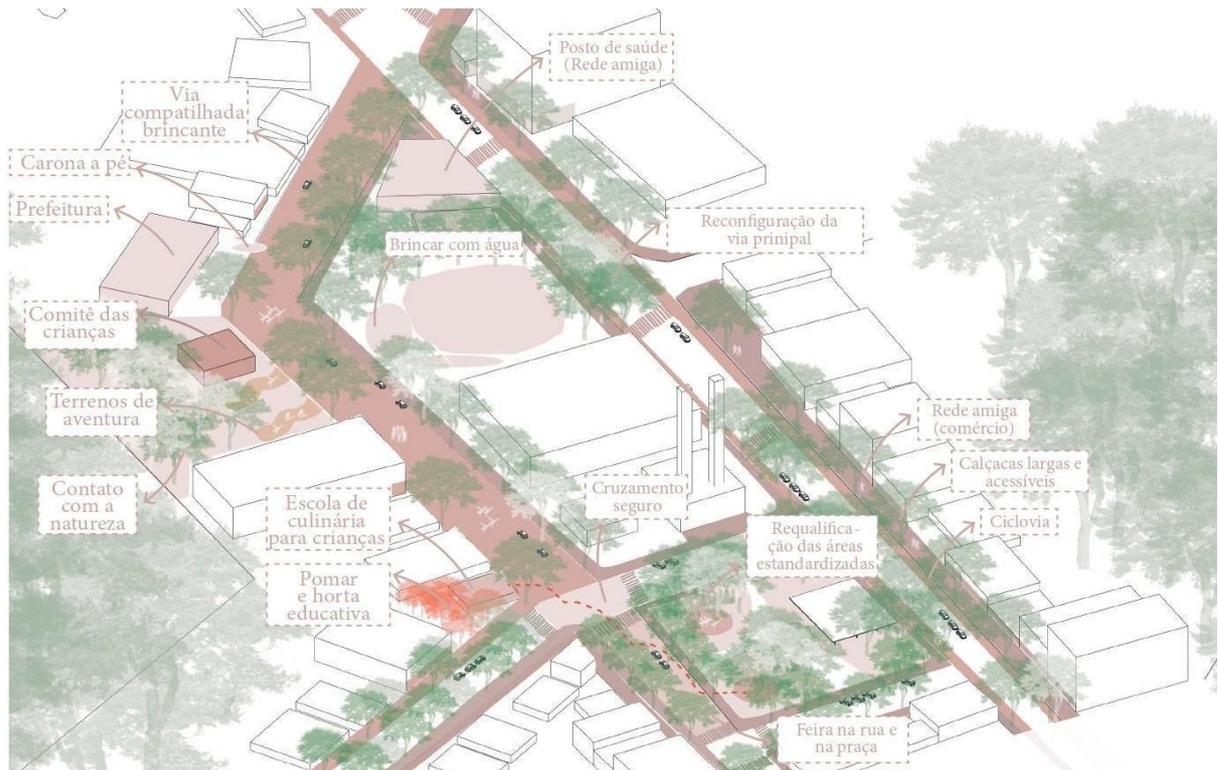
cidade. Tal reconfiguração viária tem o intuito de promover bem-estar aos moradores e possibilitar a criação de espaços urbanos seguros e agradáveis.

A partir desta ideia central e das oportunidades educativas mapeadas no território através desta pesquisa (Figuras 2 e 4), busca-se contribuir com a formulação de propostas de espaços e diretrizes urbanas que favoreçam a interlocução entre a cidade e a comunidade escolar da escola 22 de Maio. Entende-se que, desse modo, os espaços atualmente ocupados majoritariamente por adultos sejam mais voltados para atender as infâncias, de modo a criar uma rede de territórios educativos e, sobretudo, respeitar o direito de acesso à cidade das crianças e adolescentes.

Para o centro da cidade, as proposições espaciais e diretrizes compreendem:

1. **Escola de Culinária:** vinculada à feira que já acontece semanalmente na Praça da Igreja Matriz, em um terreno atualmente sem uso próximo a esse local, propõe-se uma Escola de Culinária com intenção de potencializar o comércio de alimentos da feira e valorizar a agricultura familiar. Esta proposição, sobretudo, tem como proposta pedagógica o cultivo da terra, colheita e preparo dos alimentos. O contato direto com a terra e o alimento pode proporcionar um entendimento do funcionamento ecossistêmico da natureza, compreendendo que os seres humanos são parte dela. Esse entendimento de natureza aprendido desde a infância pode ser base para a construção de uma relação que perpetua a vida junto com a natureza, não como algo acima dela. Intenciona-se incentivar a criança a compreender como a forma com que é cultivado, preparado e colhido o alimento pode nutrir uma terra mais fértil para as infâncias atuais e para as que virão.
2. **Comitê das Crianças (prioridade):** como já mencionado neste artigo, o terreno ao lado da Prefeitura é adjacente a uma APP e destinado ao estacionamento de veículos. Contudo, por se tratar de uma área central na cidade com potencial de lazer integrado à Praça do Lago, propõe-se a edificação do Comitê das Crianças, ressaltando a importância de incluí-las na vida política e nos espaços atualmente ocupados majoritariamente por adultos na cidade. Comitê das Crianças é um espaço de pertencimento e exercício de cidadania, para as crianças discutirem e desenvolverem suas propostas para a cidade e para os espaços e atividades que elas frequentam e participam. É um local político de debate de ideias, desenvolvimento de propostas e questionamentos acerca de como a cidade tem sido pensada para as crianças.
3. **Via de uso compartilhado (prioridade):** atualmente, a rua em frente à Prefeitura é utilizada como área de lazer nos finais de semana, ocupa-se o espaço próximo à calçada para estacionar os carros e se sentar. Assim, propõe-se uma rua de uso compartilhado entre pedestres e veículos leves, cuja faixa de velocidade permitida seria de até 30km/h. De modo que se incentive a utilização do espaço por diferentes públicos e que, principalmente, possibilite às crianças brincarem com segurança.
4. **Brincar com a água:** a Praça do Lago, embora seja um espaço importante para a cidade, sua existência não é valorizada, pois, na maior parte do tempo o Lago encontra-se poluído. Dessa forma, propõe-se a limpeza e valorização do espaço, a fim de assumir a água como elemento brincante, potencializar o brincar livre, desenvolver pertencimento e melhorar a qualidade ambiental do local.

A Figura 6 ilustra a síntese das proposições urbanísticas concebidas no centro da cidade.



**Figura 6:** Espacialização das proposições urbanísticas para o centro da cidade.

**Fonte:** Do autor, 2021.

No que concerne à Escola 22 de Maio, compreende-se que é necessário potencializar a relação da instituição com seu entorno. Para tanto, propõe-se que, ao invés de murada, a escola seja integrada com as possibilidades educativas do seu território urbano. Com vistas a esta recomendação, as proposições espaciais e diretrizes compreendem:

1. **Integração da Escola com o Centro Cultural:** a existência de uma barreira física dificulta a abertura e ligação desses espaços. A fim de potencializar a integração de atividades culturais com o currículo escolar, propõe-se a integração da Escola 22 de Maio ao Centro Cultural como espaço físico e como proposta curricular, com propostas pedagógicas que envolvem ambos os equipamentos, que a criança possa aprender na escola, no centro cultural e também na fusão dessas atividades, na transdisciplinaridade. Dessa forma, acredita-se que integrar os espaços abertos da escola aos espaços abertos do Centro Cultural pode favorecer esse fluxo.
2. **Ruas de brincar (prioridade):** a partir da observação de crianças que já brincam nas ruas, propõe-se ruas que ofereçam infraestrutura adequada, estimulem a socialização e pertencimento. Propõe-se o alargamento das vias, plantio de árvores, sinalização de trânsito, pavimentação e iluminação adequada e elementos lúdicos não estruturados, com materiais naturais, como fardos de palha, madeira, redes, areia, topografia brincante, elementos que contribuam com a inventividade atrelada ao brincar.
3. **Muros brincantes:** observou-se em mais de um ponto a presença de muros extensos e caminhões estacionados, propõe-se, dessa forma, uma intervenção nesses espaços com a transformação em muros educativos, que permitam pintar, escalar, ler e aprender. Os Muros Brincantes são além de um espaço de pertencimento em movimento pela cidade, também um espaço de expressão artística para as crianças, sendo a arte urbana um espaço de criação, experimentação e aprendizado.

4. **Ciclovias e ruas compartilhadas (prioridade):** compreendendo que o uso excessivo do carro em uma cidade onde as distâncias de deslocamento são pequenas pode estar atrelado a ausência de vegetação, calçadas com acessibilidade precária e vias pensadas majoritariamente para carros e caminhões, propõe-se ruas compartilhadas e um percurso de ciclovia para proporcionar infraestrutura segura e incentivar o uso da mobilidade ativa como forma de deslocamento na cidade, priorizando o pedestre, com baixas velocidades para carros, vegetação, iluminação e sinalização de trânsito.

A Figura 7 ilustra a síntese das proposições urbanísticas concebidas para o entorno da escola 22 de Maio.



**Figura 7:** Espacialização das proposições urbanísticas para o entorno da Escola 22 de Maio.

**Fonte:** Do autor, 2021.

Embora todas as diretrizes propostas nesta pesquisa sejam fundamentais para a melhoria do espaço urbano de Palmitinho, apontam-se como prioridade as que podem ser catalisadoras para a efetiva construção e continuidade das demais, quais sejam: Comitê das Crianças, Via de uso compartilhado, Ruas de brincar, Ciclovias e ruas compartilhadas, colocando em perspectiva a relevância para o contexto e a repercussão de impactos positivos coletivos. Dentre essas diretrizes elencadas como prioritárias, entende-se que o Comitê das Crianças teria papel central, dada a necessidade de articulação e construção de uma cidadania ativa e participativa das crianças no contexto político-social, assim como a transformação das ruas, tendo a caminhabilidade como a base da dinâmica na cidade, hoje predominantemente pensada para o alto fluxo de caminhões.

Em suma, as proposições apresentadas buscam não apenas criar espaços de convívio para crianças na cidade, mas valorizar o seu papel de participante na vida cotidiana coletiva, de modo a incluí-las como cidadãs ativas. Desse modo, assume-se o brincar como categoria principal para pensar o planejamento urbano, com base no tensionamento da lógica adultocêntrica e da hegemonia do trânsito de caminhões na cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da premissa defendida por Sarmiento (2018) – de que a cidade pode e deve atuar como agente potencializador da educação e da cidadania das crianças, neste artigo, com base no contexto de Palmitinho/RS, buscou-se refletir sobre os fatores que limitam as crianças no exercício de seu direito de acesso ao espaço urbano.

A avaliação de campo, a partir do *Soundwalk* e da metodologia de observação adotada, mostrou-se profícua para compreender a configuração urbana no que concerne, principalmente, aos aspectos que afetam a vida das crianças. Observou-se o impacto negativo da BR 472 na qualidade ambiental urbana, a hegemonia dos caminhões na cidade e a falta de espaços adequados para as crianças brincarem e ocuparem os espaços urbanos. Assim, foram traçadas diretrizes que visam repensar o entorno da Escola 22 de Maio e o centro da cidade.

Devido à pesquisa ter sido realizada em 2021, em meio à pandemia do COVID-19 e a impossibilidade de contato presencial, optou-se por um trabalho de campo com caráter não-participativo, apesar de entender-se que esta característica consistiria na principal limitação do estudo, uma vez que o diálogo com os moradores da cidade – crianças e adultos, seria fundamental para compreender as relações da escola com o entorno escolar na cidade. Por esta razão, intenciona-se, como continuação desta pesquisa, construir esse diálogo e escuta, a partir de uma observação participante.

Em síntese, os resultados desta pesquisa evidenciam a necessidade de desconstruir a percepção de que cidades pequenas, por natureza, oferecem qualidade de vida e segurança adequadas às crianças. Fica claro que, pensar uma cidade para as crianças significa ir contra a supremacia dos espaços ocupados pelos adultos.

Também, com as diretrizes propostas, busca-se contribuir para a reflexão acerca dos territórios educativos como possibilidade para a promoção do desenvolvimento integral das crianças, sua qualidade de vida e a afirmação de seus direitos de participar ativamente dos processos de pensar e fazer cidades. Afinal, conforme Azevedo e Gomes (2020, p. 60) “se é verdade que a educação pode mudar o mundo, é preciso continuar tentando”.

## REFERÊNCIAS

ACSURS. **Palmitinho lidera ranking de abates em 2016.** Disponível em: <<https://acsurs.com.br/noticia/palmitinho-lidera-ranking-de-abates-em-2016/>>. Acesso em: 07 jun. 2024.

AUGUSTO, S. A experiência de aprender na educação infantil. In: FLORES, M. L. R.; ALBUQUERQUE, S. S. (org.). **Implementação da PROINFÂNCIA no Rio Grande do Sul - perspectivas políticas e pedagógicas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. E-book.

AZEVEDO, Giselle; GOMES, Rafael. **Dos territórios vulneráveis aos Territórios Educativos**. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 48-61, dez. 2020.

AZEVEDO, Giselle; RHEINGANTZ, Paulo; TÂNGARI, Vera; et al. **Do espaço escolar ao território educativo: o lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade**. Rio de Janeiro: Rio books, 2016.

BARROS, Maria Isabel A. **Desemparedamento da infância: a escola como lugar de encontro com a natureza**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Instituto Alana, 2018.

BONAFÉ, Maiana. **Olhos para a cidade: repensando a qualidade de vida urbana**. Curso de Arquitetura e Urbanismo, Unochapecó, Chapecó, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Câmara de Educação Básica. **Resolução N 5**, de 17 de dezembro de 2009. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009c.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Câmara dos Deputados. Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Lei n 13.257, de 8 de março de 2016. **Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância**.

CAVALCANTE, B. Emanuel. **O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares**. *Fronteiras Revista de História do PPGH/UFGD*, 2021.

CHAWLA, L. **Benefits of Nature Contact for Children**. *Journal of Planning Literature*, 2015.

EMATER/RS. **Estudo de Situação do Município**. Prefeitura de Palmitinho, 2017.

ENDERLE, Armando. **Palmitinho: origem e trajetória histórico-cultural**. Palmitinho: URI, 1996.

FARIAS, M. Infância e educação no Brasil nascente. *In: VASCONCELOS, V. M. R. (org.). Educação da infância: história e política*. 2. Ed. Niterói: EDUFF, 2013.

FRABBONI, F. A escola infantil entre a cultura da infância e a ciência pedagógica e didática. *In: ZABALZA, M. A. Qualidade em Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância: da idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

IBGE. Cidades e Estados. Disponível: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/palmitinho.html>>. Acesso: 07 jun. 2024.

LANSKY, S.; GOUVEA, M. Capítulo 12 - O brincar como prática social de territorialização infantil. In: GOBBI, M. A.; ANJOS, C. I.; SEIXAS, E. C.; TOMÁS, C. **O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal**. São Paulo: Fe-Usp, 2022.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: ED. Centauro, 2008.

LIMA, Muayumi Souza. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989.

NISENBAUM, Márcio; KÓS, José; VILAS BOAS, Naylor. **O estudo das paisagens sonoras por meio de soundwalks: estratégias e possibilidades de representação**. In: IV ENANPARQ, 2016, Porto Alegre, Anais [...]. Porto Alegre, 2016.

OMS - **Relatório mundial sobre audição**. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/world-report-on-hearing>>. Acesso em: 07 jun. 2024.

PALMITINHO. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Palmitinho - Lei Municipal N° 1.875**. Prefeitura de Palmitinho, 2005.

SANTOS, M. W. Capítulo 3 - Crianças também habitam cidades: realidades invisíveis; direitos, invenções e inversões possíveis. In: GOBBI, M. A.; ANJOS, C. I.; SEIXAS, E. C.; TOMÁS, C. **O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal**. São Paulo: Fe-Usp, 2022.

SARMENTO, Manuel. **Infância e cidade: Restrições e possibilidade**. Educação, v. 41, n. 2, p.240-232, maio-ago. 2018.

SARMENTO, Manuel. Para uma agenda da educação da infância em tempo integral assente nos direitos da infância. In: ARAÚJO, V. V. (org) **Educação Infantil em Jornada de Tempo Integral: dilemas e perspectivas**. Brasília, Distrito Federal: MEC, Vitória. EDUFES, 2015.

SARMENTO, Manuel. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. (org.). **Infância (in)visível**. Araraquara, SP; Junqueira e Marin editores, 2007.

SIMAS, Luiz Antônio. **O corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SOUSA, M. Celita; LIMA, D. Daniele. **O brincar de corpo inteiro: o bebê e a sutileza das interações**. Humanidades & Inovação, Palmas, v.8, n.68, p. 71-81, 2022.

TARJA BRANCA. Direção: Cacau Rhoden. Produção: Cacau Rhoden; Estela Renner; Marcos Nisti. Produção Executiva: Juliana Borges. São Paulo: Instituto Alana e Maria Farinha Filmes, 2014. 1 DVD (80 min.), son., color. **Documentário**.

TONUCCI, Francesco. **A cidade das Crianças**. Matosinhos: Kalandraka, 2019.

ZEISEL, J. **Inquiry by design: Environment/Behavior/Neuroscience in Architecture, Interiors, Landscape, and Planning Monterey**. Brooks/Cole Publishing Company, p.400, 1981.